

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013
CIRCULANTE	466.234	365.793	CIRCULANTE	507.937	428.397
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	4.381	2.444	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16e)	803	15.932
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a)	374.919	299.558	Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11d)	507.062	412.370
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	76.075	63.613	Outras Obrigações	72	95
Créditos Tributários (Nota 16c)	10.681	-	NÃO CIRCULANTE	506.786	267.104
Valores a Receber (Nota 6)	178	178	Provisão para Impostos e Contribuições	3.150	2.046
NÃO CIRCULANTE	13.520.338	11.545.706	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10)	133.546	79.941
Realizável a Longo Prazo	762.259	504.588	Outras Obrigações (Nota 9)	370.090	185.117
Valores a Receber (Nota 6)	367.896	225.917	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.971.849	11.215.998
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	235.773	171.355	Capital Social (Nota 11a)	5.900.000	5.150.000
Depósitos Judiciais	88.982	44.051	Reservas de Lucros (Nota 11c)	6.997.902	6.076.703
Créditos Tributários (Nota 16c)	69.608	63.265	Outros Resultados Abrangentes	73.947	(10.705)
Investimentos (Nota 7)	12.678.282	10.961.321	TOTAL	13.986.572	11.911.499
Intangível (Nota 8)	79.797	79.797			
TOTAL	13.986.572	11.911.499			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	1.835.730	1.470.923
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	1.863.470	1.498.677
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14)	25.467	16.639
Despesas Tributárias (Nota 12)	(50.162)	(42.438)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(3.045)	(1.955)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.835.730	1.470.923
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	15.919	12.862
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.851.649	1.483.785

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)	2014	2013
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b)	3,27	2,70

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Exercícios findos em 31 de dezembro						
	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.450.000	516.061	4.881.157	875.206	-	10.722.424	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.483.785	1.483.785	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(885.911)	-	(885.911)	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	597.874	
Aumento do Capital Social por Subscrição	324.000	-	-	-	-	324.000	
Aumento do Capital Social com Reservas	376.000	(376.000)	-	-	-	-	
Destinações: - Reservas	-	74.189	981.296	-	(1.055.485)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	(428.300)	(428.300)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.150.000	214.250	5.862.453	(10.705)	-	11.215.998	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.851.649	1.851.649	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	84.652	-	84.652	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	1.936.301	
Aumento do Capital Social por Subscrição	346.200	-	-	-	-	346.200	
Aumento do Capital Social com Reservas	403.800	(140.062)	(263.738)	-	-	-	
Destinações: - Reservas	-	92.582	1.232.417	-	(1.324.999)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(526.650)	(526.650)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.900.000	166.770	6.831.132	73.947	-	12.971.849	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação no capital de outras empresas, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo, e são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 6.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas, são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 7.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

f) Ágio (*Goodwill*)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas. O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 8.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2014 e de 2013, não houve perdas por *impairment*.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 1.863.470 (2013 - R\$ 1.498.677).

b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado		Resultado ajustado		Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social (%)		Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
		ON	PN	ON	PN	ON	PN	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013		
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (1) (3)	13.200.000	27.042.412	4.014.288	3.227.232	-	-	44,95	12.155.335	10.490.470	1.804.547	1.452.481		
Banco Bradesco S.A. (1) (4)	38.100.000	82.465.756	15.314.943	4.706	1.091	0,14	0,14	113.618	99.410	20.374	16.925		
Bradespar S.A. (1) (4)	4.100.000	8.937.995	101.483	1.675	728	0,69	0,69	61.446	62.107	568	(424)		
Titanium Holdings S.A. (1)	314.000	685.565	75.113	37.056	-	50,00	50,00	342.782	304.724	37.556	29.325		
NCF Participações S.A. (1)	4.299.354	6.449.092	537.816	1.688	-	0,08	0,08	5.101	4.610	425	370		
Total								12.678.282	10.961.321	1.863.470	1.498.677		

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados das demonstrações das companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Banco Bradesco S.A. (23,81%) e na Bradespar S.A. (12,93%); e

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2015 e em 19 de março de 2015, respectivamente.

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Serviços prestados por terceiros.....	821	319
Ediais e publicações.....	92	128
Multas.....	2.132	1.462
Outras.....	-	46
Total	3.045	1.955

14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Juros ativos, líquido dos juros passivos.....	23.516	15.107
Rendimento de aplicações financeiras.....	1.951	1.532
Total	25.467	16.639

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	6	-	11	-
Valores a receber:				
BBD Participações S.A.	367.896	28.857	225.917	9.875
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber/pagar:				
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	370.655	505.319	296.397	415.002
Titanium Holdings S.A.	357	-	278	-
NGF Participações S.A.	4	-	24	-
Bradespar S.A.	-	2.048	-	2.215
Banco Bradesco S.A.	3.903	4.820	2.859	4.320
Fundação Bradesco	(396.062)	-	(322.098)	-
BBD Participações S.A.	(111.000)	-	(90.271)	-
Outras obrigações:				
Titanium Holdings S.A.	(22.197)	(1.815)	-	-
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	(347.893)	(29.576)	(185.117)	(8.808)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	1.835.730	1.470.923
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.	(624.148)	(500.114)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	633.580	509.550
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	1.570	1.136
Juros sobre o capital próprio a pagar	179.061	145.522
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(174.144)	(143.332)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	15.919	12.862

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(1.104)	(942)
Subtotal	(1.104)	(942)
Impostos diferidos:		
Constituição (realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	15.980	13.264
Constituição no exercício, sobre prejuízo fiscal e base negativa	1.043	540
Subtotal	17.023	13.804
Imposto de renda e contribuição social do exercício	15.919	12.862

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro		
	2013	Constituição	Realização
Provisões fiscais.....	24.588	16.108	120
Outras provisões.....	38	24	32
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	24.626	16.132	152
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	38.639	1.043	-
Total dos créditos tributários	63.265	17.175	152
Obrigações fiscais diferidas.....	2.046	1.104	-
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	61.219	16.071	152

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos. Em 2014 e 2013, a Companhia não possuía créditos tributários não registrados.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 76.075 (2013 - R\$ 63.613) e ativo não circulante, no montante de R\$ 235.773 (2013 - R\$ 171.355), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 803 (2013 - R\$ 15.932), referem-se, a IRRF a recolher R\$ 9, IOF R\$ 765, PIS e COFINS R\$ 29 (2013 - R\$ 2) e IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio (2013 - R\$ 15.930).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2014 e 2013;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013;

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

d) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

18) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 6 de março de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 425.700, mediante a emissão de 19.314.982 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 22,04 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de sua participação no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista no ato da subscrição.

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Diretor Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores
Antônio Borna
Mário da Silveira Teixeira Júnior
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
José Alcides Munhoz
Domingos Figueiredo de Abreu

Aurélio Conrado Boni
Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
Marco Antonio Rossi
Alexandre da Silva Gúther
José Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 23 de abril de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1